

Segurança Alimentar e Nutricional



Material para estudo
e organização popular

EXPEDIENTE

ANCA - Associação Nacional de Cooperação Agrícola

Setor Comercial Sul
Quadra 6, Bloco A, Ed. Arnaldo Villares,
Sala 211/212, 2º Andar
CEP. 70.306 - 000
Tel/Fax: (61) 3225-8592
Correio eletrônico: saudebsb@terra.com.br

CONVÊNIO ANCA/MDS/Nº 115/2005

Elaboração do conteúdo:

Gustavo Augusto, Fábio Carvalho, Gislei Knierin, Ciro Correa e Paulo Ueti

Texto:

Fábio Carvalho e Gustavo Augusto

Capa, ilustração e diagramação:

Fábio Carvalho

Tiragem:

20.000

Impressão:

Gráfica Maxprint

A produção deste material se tornou possível graças ao apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, por meio do convênio ANCA/MDS/Nº115/2005, referente ao projeto “Convivendo com a qualidade de vida no Cerrado e Semi-árido, Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em acampamentos e pré-assentamentos de Reforma Agrária - Região Cerrado e Semi-árido”.

Índice

Apresentação	4
Metodologia de trabalho	5
<i>1° Encontro</i>	
Conhecendo as pessoas do grupo	7
<i>2° Encontro</i>	
Estrutura fundiária no Brasil	10
<i>3° Encontro</i>	
Produção agropecuária no Brasil	13
<i>4° Encontro</i>	
A renda dos trabalhadores e trabalhadoras rurais	16
<i>5° Encontro</i>	
Agroecologia	19
<i>6° Encontro</i>	
Soberania Alimentar e Reforma Agrária	21
<i>7° Encontro</i>	
Segurança Alimentar e Nutricional	24
Anexos	28
Bibliografia	41

Apresentação

Esta cartilha é voltada para os(as) militantes/educadores(as) que coordenam os trabalhos de formação nos acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária.

O objetivo deste material é trabalhar o tema Segurança Alimentar e Nutricional a partir de outros 5 temas: *a estrutura fundiária no Brasil; a produção agropecuária no Brasil; a renda dos trabalhadores e trabalhadoras rurais; a Agroecologia; e Soberania Alimentar e Reforma Agrária.*

Esta cartilha propõe ainda uma metodologia de trabalho que tem por base a realização de 7 encontros com o grupo a ser formado. E cada encontro é composto por 4 momentos: *acolhida; reconhecendo a nossa realidade; avaliando e criticando nossa realidade; e intervindo e re-criando a nossa realidade.*

Sendo assim, bom estudo e bom trabalho!

Anca



Metodologia de trabalho

Cada um dos 7 encontros
será composto por **4 momentos**:

1º Momento:

Acolhida

A acolhida é a recepção dos participantes, é o início da prosa. É o momento de apresentar o objetivo do encontro e o que será feito nele.

Isso pode ser feito por meio de um diálogo do(a) educador(a) com os participantes ou por meio de uma **dinâmica de grupo**.

O ideal é que seja uma dinâmica, pois, assim, todos e todas entram no clima logo no início do encontro.

2º Momento:

Re-conhecendo a nossa realidade

Neste momento, o educador ou a educadora inicia o debate ou a dinâmica relacionada ao tema.

É a primeira parte do trabalho de cada encontro.

3º Momento:

Avaliando e criticando nossa realidade

Este é o momento de analisar e avaliar o que foi feito no momento anterior.

É a segunda parte do trabalho de cada encontro.

4º Momento:

Intervindo e re-criando nossa realidade

Ao final de cada encontro, é importante que o grupo assuma coletivamente alguns compromissos concretos de intervenção na realidade.

Dessa forma, sugerimos que neste 4º momento de cada encontro o(a) educador(a) proponha que grupo faça o seguinte:

- Um painel para o acampamento ou assentamento, contendo as informações adquiridas em cada encontro;
- Organize conversas sobre o tema com outras pessoas do acampamento ou assentamento que não estão participando deste grupo, no intuito de transmitir o conhecimento adquirido em cada encontro;
- Procure estar sempre buscando informações sobre o tema de cada encontro.



1º ENCONTRO

Conhecendo as pessoas do grupo

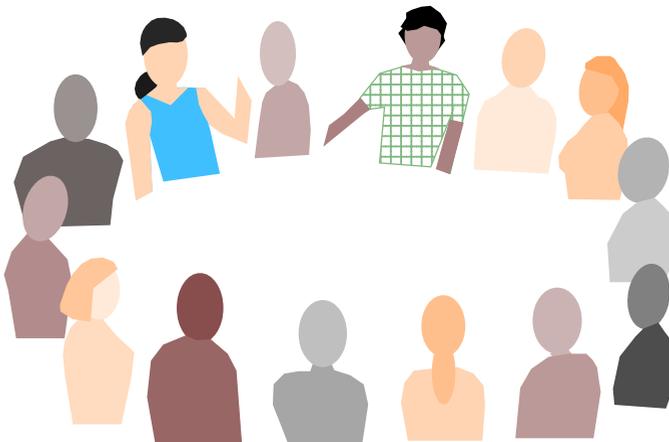
Acolhida

Esse primeiro encontro tem por objetivo fazer com que as pessoas se conheçam, compartilhando seus nomes, histórias, origens e desejos.

Podemos chamar isso de *histórias de vida*, pois queremos que as pessoas narrem, com suas próprias palavras, suas experiências de vida.

Dessa forma, podemos identificar o que há de comum e o que há de particular na vida e na experiência de cada pessoa.

É importante que o(a) educador(a) acolha bem cada participante, lembrando da importância da organização popular em núcleos de estudo.



Re-conhecendo nossa realidade

Para as pessoas do grupo se conhecerem melhor, sugerimos a seguinte **dinâmica**:

1º) Fazer uma roda com o grupo todo ou dividir o grupo em grupos menores de no máximo 4 pessoas;

2º) Fazer com que cada pessoa conte um pouco da sua vida, a partir do roteiro de perguntas abaixo. Se o grupo for dividido em grupos menores, cada grupo receberá o roteiro com as quatro questões. As questões são:

- Onde eu nasci? Eu já me mudei alguma vez? Se sim, por onde eu andei e por que tive que me mudar?*
- Quem me criou? Com quem eu morava?*
- Do que minha família sobrevivia?*
- Quais eram meus hábitos alimentares?*

3º) No caso do grupo ser dividido, após a partilha de experiências, cada grupo deverá escolher uma das experiências relatadas e compartilhar com os demais. Pode ser improvisado também uma pequena apresentação teatral sobre a história escolhida.



Avaliando e criticando nossa realidade

Após as apresentações,
o educador ou a educadora
pode fazer alguns comentários,
perguntando para o grupo como foi a experiência
de recontar e escutar as *histórias de vida*,
chamando a atenção para os elementos em comum
e as diferenças em cada história.

O mais importante é identificar que cada pessoa pode
(e já é, em alguma medida) ser protagonista de sua própria vida,
assumindo a história em suas próprias mãos.

Mas, também, importa evidenciar que a vida de cada pessoa
se dá num coletivo, formado por pessoas mais próximas
(que é a família, os amigos, etc) e pela sociedade em geral.

Por isso, é importante que todo mundo perceba
que sua vida é em grande medida influenciada
por grandes eventos e fenômenos da nossa sociedade.

Para ajudar na reflexão,
sugerimos o canto coletivo da música “A vida do viajante”,
ANEXO 1, página 26,
ou a leitura coletiva do poema “Quem faz a história”,
ANEXO 2, página 27.

Intervindo e re-criando nossa realidade (pág. 4)



2º ENCONTRO

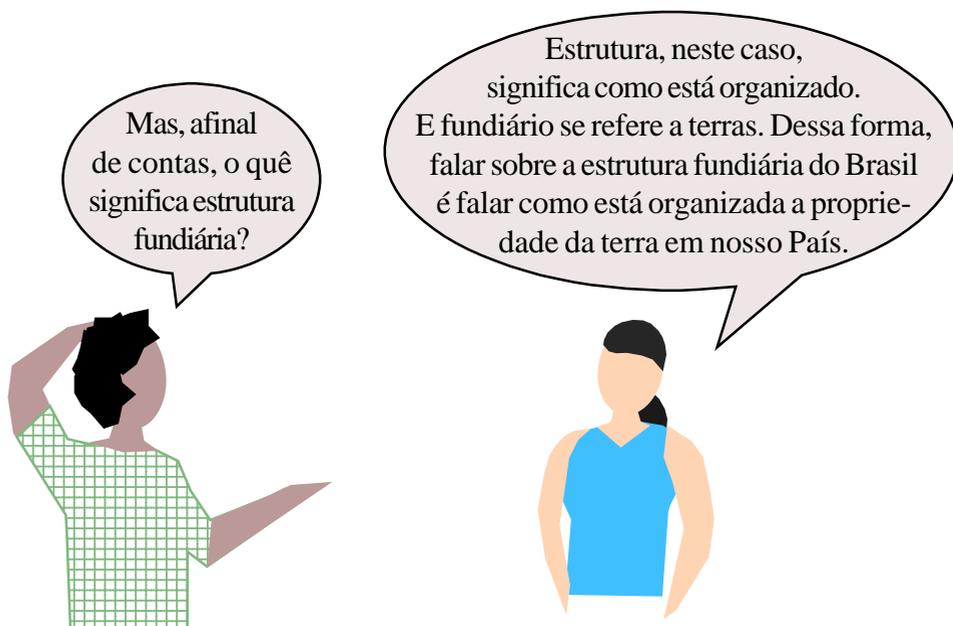
Estrutura fundiária no Brasil

Acolhida

O segundo encontro será dedicado à discussão e análise da estrutura fundiária no Brasil.

Esse é um tema fundamental para entendermos o processo histórico que condenou boa parte da população brasileira a viver excluída da terra.

Por isso, este tema é de máxima importância para todos os companheiros e companheiras envolvidos e comprometidos com a luta pela terra e com a Reforma Agrária.

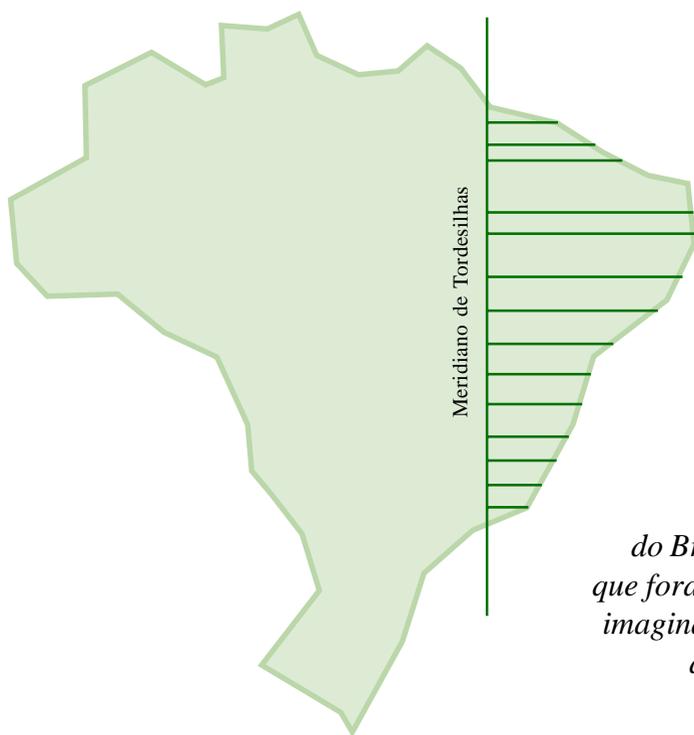


Re-conhecendo nossa realidade

O debate será motivado por perguntas geradoras. O(a) educador(a) faz as perguntas ao grupo, incentivando todos e todas a falarem um pouco.

Para auxiliar o(a) educador(a) a conduzir o debate, as respostas para as perguntas abaixo estão no **ANEXO 3, página 28**.

- *Quando e como foi feita a primeira divisão de terras no Brasil?*
- *Alguém já ouviu falar na Lei de Terras de 1850?*
- *O que é um latifúndio? E um latifúndio improdutivo?*



Divisão de parte do Brasil em quinze “lotes”, que foram demarcados com linhas imaginárias do litoral ao Meridiano de Tordesilhas.

Avaliando e criticando nossa realidade

Agora é o momento de comparar as respostas dadas às perguntas anteriores com os dados da nossa realidade.

O(a) educador(a) apresenta ao grupo a tabela que contém os números gerais sobre a estrutura fundiária no Brasil. O importante é destacar a diferença entre a quantidade de imóveis com menos de 10 hectares e a área total que estes imóveis ocupam e a quantidade de imóveis com mais de 2.000 hectares e a área total que estes ocupam.

Grupos de área total (ha)	Quantidade de imóveis	% do total de imóveis	Área total (ha)	% do total da área
Menos de 10	1.338.711	31,6 %	7.616.113	1,8 %
de 10 a 25	1.102.999	26 %	18.985.869	4,5 %
de 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7
de 50 a 100	485.482	11,5 %	33.630.240	8,0
de 100 a 500	284.536	6,7 %	38.574.392	9,1
de 500 a 1.000	198.141	4,7 %	61.742.808	14,7
de 1.000 a 2.000	75.158	1,8 %	52.191.003	12,4
de 2.000 a 5.000	36.859	0,9 %	50.932.790	12,1
Acima de 2.000	32.264	0,7 %	132.631.509	31,7

Fonte: INCRA, 2003.

Depois de analisado a tabela, o(a) educador(a) pode propor uma leitura dos Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal, **ANEXO 4, página 30**, e dos comentários sobre os artigos.

O importante aqui é todos terem conhecimento de que Reforma Agrária **É UM DIREITO DO POVO** e, portanto, a desapropriação de terras **É UM DEVER DO ESTADO!**

Intervindo e re-criando nossa realidade (pág. 4)



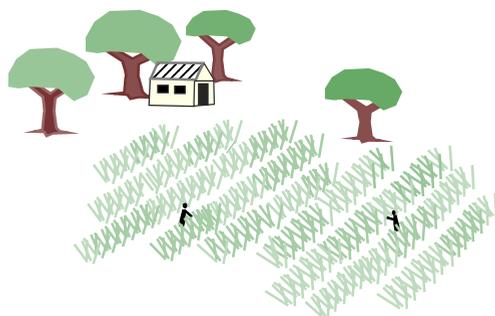
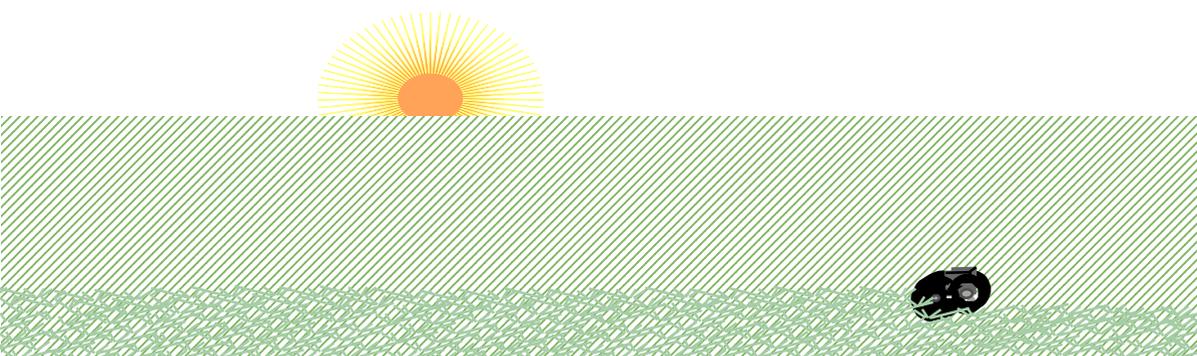
3º ENCONTRO

Produção agropecuária no Brasil

Acolhida

O objetivo deste terceiro encontro é debater e refletir sobre a produção agropecuária no Brasil.

O importante é compreender quais as diferenças entre os modos de produção em larga escala e em pequena escala e porque houve uma mudança no meio rural na forma de produzir.



Re-conhecendo nossa realidade

O debate será motivado por perguntas geradoras. O(a) educador(a) faz as seguintes perguntas ao grupo, incentivando todos e todas a falarem um pouco:

- ***O que era cultivado antigamente e qual era o destino dessa produção?***
- ***Como se plantava antigamente? O que o(a) trabalhador(a) rural precisava comprar para produzir alimento?***
- ***Como se planta hoje em dia? O que o(a) trabalhador(a) rural precisa comprar para produzir alimento?***
- ***Por que houve essa mudança?***
- ***Alguém já ouviu falar na chamada Revolução Verde?***

O(a) educador(a) propõe uma leitura coletiva do texto sobre Revolução Verde, **ANEXO 5, página 31**, ou explica o texto ao grupo.



Avaliando e criticando nossa realidade

O(a) educador(a) apresenta ao grupo os números da tabela abaixo, que mostram, em porcentagem, a produção total de certos alimentos, produzidos pelas pequenas, médias e grandes unidades de produção.

O importante é ficar claro que **a produção de alimentos das pequenas unidades é maior** que a das grandes em relação a praticamente todos os alimentos de lavoura temporária. De acordo com a tabela, dá pra ver que só em relação à cultura da cana-de-açúcar as grandes unidades produzem mais que as pequenas.

O(a) educador(a) pode dizer ainda que com relação às culturas de lavouras permanentes acontece a mesma coisa: as pequenas unidades produzem mais do que as grandes.

Produtos	Pequenas Unidades de Produção %	Médias Unidades de Produção %	Grandes Unidades de Produção %
Algodão	55,1	29,9	15,0
Arroz (em casca)	38,9	42,7	18,4
Batata-inglesa	74,0	20,7	5,3
Cana-de-açúcar	19,8	47,1	33,1
Feijão	78,5	16,9	4,6
Fumo em folha	99,5	0,5	zero
Mandioca	91,9	7,3	0,8
Milho em grão	54,4	34,8	10,8
Soja em grão	34,4	43,7	21,9
Trigo em grão	60,6	35,2	4,2
Tomate	76,4	18,5	5,1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/1996.

Intervindo e re-criando nossa realidade (pág. 4)



4º ENCONTRO

A renda dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

Acolhida

O objetivo deste quarto encontro é debater e refletir sobre o que acontece com a renda dos(as) trabalhadores(as) rurais.

O importante é compreender como o dinheiro é distribuído depois de comercializado o alimento e o que os(as) trabalhadores(as) rurais podem fazer para aumentar a renda.



Re-conhecendo nossa realidade

O(a) educador(a) pergunta ao grupo se alguém tem idéia de como o dinheiro é distribuído depois da venda de um alimento agroindustrializado, vendido, por exemplo, por R\$ 10,00 :

- *Quanto vai para a agroindústria?*
- *Quanto vai para o produtor de insumos?*
- *Quanto vai para o comerciante?*
- *Quanto vai para o(a) trabalhador(a) rural?*

O(a) educador(a) apresenta o seguinte quadro com a distribuição do dinheiro:

Renda	Destino da renda
R\$ 4,00	Grande agroindústria
R\$ 3,00	Produtor de insumo
R\$ 2,00	Comerciante
R\$ 1,00	Trabalhdor(a) rural

Avaliando e criticando nossa realidade

O(a) educador(a) inicia o debate com a seguinte pergunta:

- **Como aumentar a renda dos(as) trabalhadores(as) rurais?**

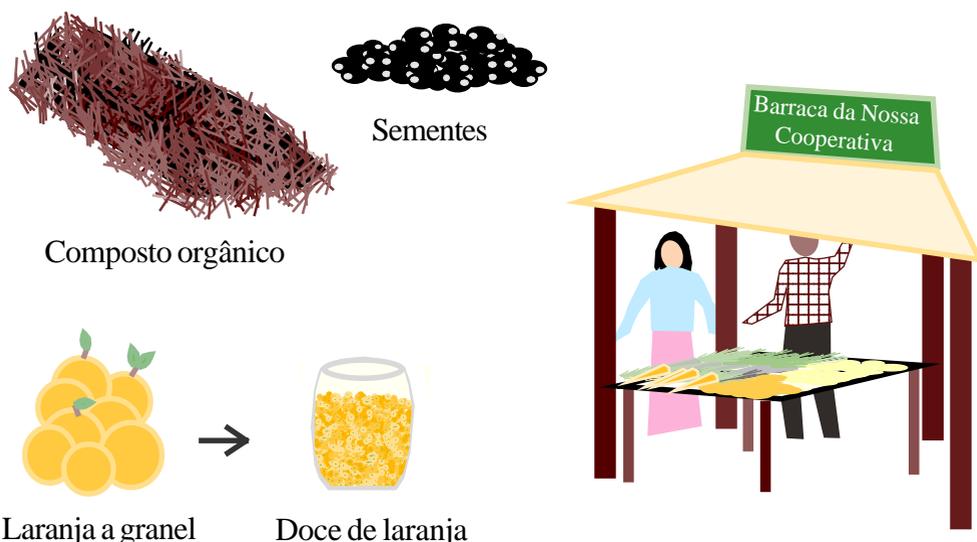
O objetivo aqui é compreender que a renda pode aumentar se os(as) trabalhadores(as) rurais:

- **Produzirem os insumos** (sementes, adubo orgânico e biofertilizantes);

- **Agregarem valor ao produto** (exemplo: ao invés de vender a laranja a granel, vende um doce de laranja);

- **Viabilizarem a comercialização dos próprios produtos**, por meio de uma cooperativa, por exemplo. Isto significa comercializar diretamente para o consumidor, sem os atravessadores;

- E, principalmente, **cooperarem uns com os outros**, isto é, praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a coletividade.



Intervindo e re-criando nossa realidade (pág. 4)



5º ENCONTRO

Agroecologia

Acolhida

O objetivo deste quinto encontro é conhecer um pouco mais sobre os princípios e as técnicas da Agroecologia.

A Agroecologia é uma das principais bandeiras políticas dos Movimentos Sociais do Campo. Por isso, temos que estar sempre praticando suas técnicas de cultivo e difundindo seus princípios.



Re-conhecendo nossa realidade

O(a) educador(a) inicia o debate a partir de relatos dos participantes sobre produções agroecológicas conhecidas, com suas falhas e acertos. As perguntas podem ser as seguintes:

- *Alguém sabe o que é agroecologia?*
- *Alguém conhece uma experiência agroecológica?*
- *Quais são os princípios e quais as técnicas de cultivo que o conhecimento da Agroecologia nos traz?*

Avaliando e criticando nossa realidade

O(a) educador(a) pode propor uma leitura coletiva do texto rimado sobre Agroecologia, **ANEXO 6, página 33**, e depois propor ao grupo sistematizar e separar, de acordo com o texto, o que é princípio da Agroecologia e o que é técnica de cultivo agroecológico.

Esta separação pode ser feita na lousa ou num painel, da seguinte forma:

Princípios	Técnicas
<ul style="list-style-type: none">- Igualdade social- Sustentabilidade do agricultor- Equilíbrio ambiental- Não exploração entre os seres humanos- Não concentração de renda- Valorizar o cooperativismo, as associações, o trabalho familiar- Resgatar o conhecimento popular- Etc	<ul style="list-style-type: none">- Utilização do composto orgânico- Consorciamento de plantas amistosias- Rotação de culturas- Adubação verde- Cobertura vegetal do solo- Etc

Intervindo e re-criando nossa realidade (pág. 4)



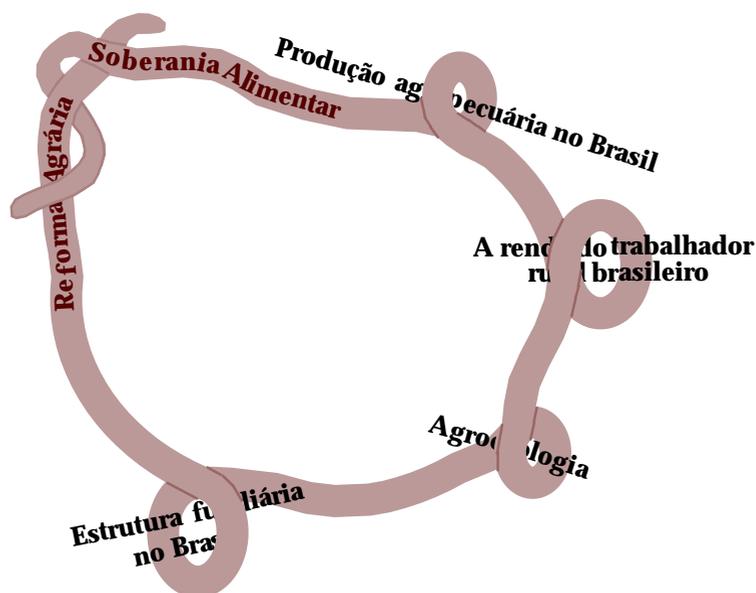
6º ENCONTRO

Soberania Alimentar e Reforma Agrária

Acolhida

O tema deste sexto encontro é Soberania Alimentar e Reforma Agrária. O objetivo aqui é “amarrar” os temas debatidos nos encontros anteriores.

Dessa forma, com tudo bem amarrado, será mais fácil entrar no tema principal desta cartilha, que será debatido no sétimo e último encontro.



Re-conhecendo nossa realidade

O(a) educador(a) faz as seguintes perguntas ao grupo:

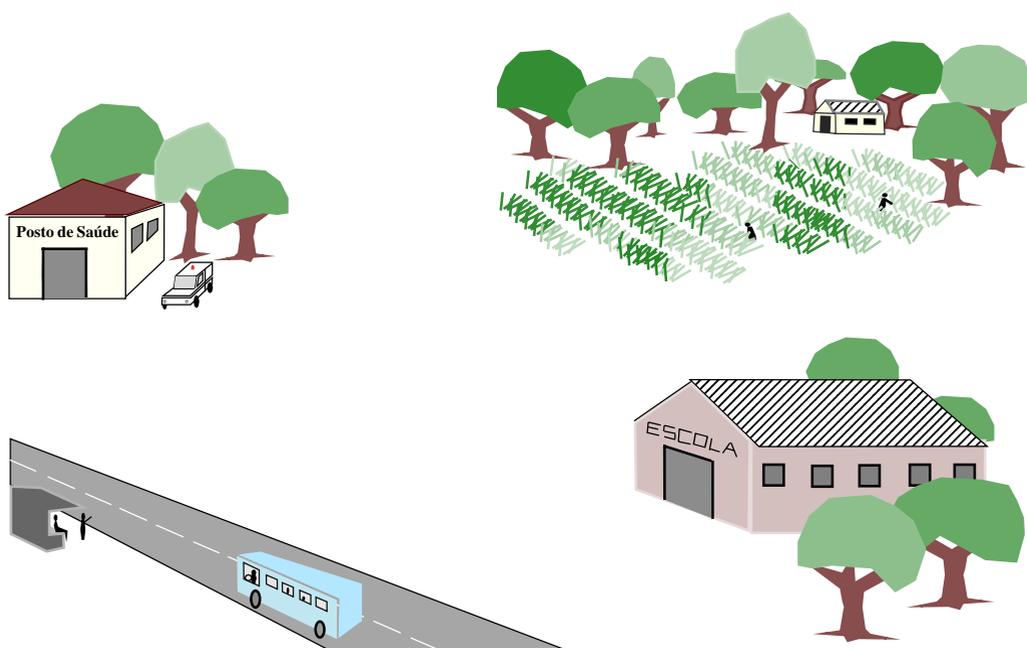
- *O que é Soberania Alimentar?*

Com relação a esta pergunta, o(a) educador(a) propõe a leitura coletiva do texto “Soberania Alimentar: o que é?”, **ANEXO 7, página 35.**

Depois da leitura do texto, o(a) educador(a) dá continuidade ao debate com outras perguntas:

- *Reforma Agrária é só divisão de terras?*

- *Faz parte da Reforma Agrária garantir aos assentados educação, saúde, transporte, crédito rural e outros serviços públicos?*



Avaliando e criticando nossa realidade

A intenção aqui é debater e analisar como o tema Soberania Alimentar e Reforma Agrária “amarra” os outros 5 temas debatidos nos encontros anteriores.

Para tanto, o(a) educador(a) propõe um debate em torno da pergunta abaixo e, em seguida, faz a leitura coletiva do texto abaixo “Amarrando os temas dos encontros”.

- Qual a relação entre Soberania Alimentar, Reforma Agrária e os outros temas dos encontros anteriores?

“Amarrando os temas dos encontros”

De acordo com o conceito de Soberania Alimentar, é preciso garantir o direito e o dever de decidir quais alimentos produzir e qual tecnologia utilizar na produção, não é mesmo?

Então, para produzir alimentos saudáveis e não agredir o meio ambiente, propõe-se aqui a utilização de tecnologias agroecológicas, que, além de tudo, influenciam pra melhor na renda do trabalhador rural.

Outra coisa: de acordo com o conceito de Soberania Alimentar, é preciso também garantir o direito e o dever de produzir os alimentos ao invés de importá-los, certo?

Pois, bem. Para garantir o direito e o dever de produzir alimentos é preciso, primeiramente, ter terra para plantar. Depois de ter terra, é preciso também ter crédito rural para viabilizar a produção. E, além de terra e crédito rural, é fundamental que o Estado garanta infra-estrutura social no meio agrícola, isto é, moradia, estradas, transporte, escola de qualidade, postos de saúde, assistência técnica comprometida com a agroecologia, comercialização e preço justo dos produtos agrícolas e etc.

Só que para garantir isso tudo é preciso mudar as relações de poder. E **Reforma Agrária tem tudo a ver com isso: a partir da mudança das relações de poder, garantir a divisão da terra e todos os serviços públicos de qualidade!** Reforma Agrária não é só dividir e distribuir a terra, não!



7º ENCONTRO

Segurança Alimentar e Nutricional

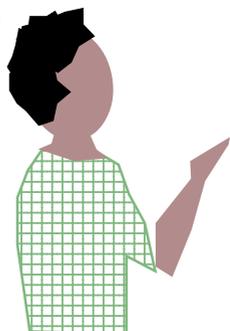
Acolhida

O sétimo e último encontro tem por objetivo debater e refletir sobre o tema central desta cartilha: a Segurança Alimentar e Nutricional.

O desafio aqui é fazer com que todos compreendam, primeiramente, o problema da fome em nosso País.

Quanto ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, ele pode ser dado logo de início.

Você sabe o que é Segurança Alimentar e Nutricional?



De forma resumida, Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia de uma alimentação saudável e nutritiva para TODOS e TODAS. Mas vamos olhar o conceito mais completo no **ANEXO 8, página 36.**



Re-conhecendo nossa realidade

O(a) educador(a) inicia o debate ressaltando a gravidade do problema da fome no Brasil. Problema este visivelmente encontrado nas periferias das grandes cidades, nas cidades pequenas do litoral e do interior e, até mesmo, no meio rural.

Em seguida, o(a) educador(a) inicia o debate com as perguntas geradoras:

- Qual a diferença entre passar fome e sentir vontade de comer?

- O problema da fome em nosso País é falta de alimento?

- Pra quem não sabe, existe uma pesquisa feita pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) que mostra quanto se produz de alimento no Brasil. Dessa forma, vocês acham que o nosso País produz alimento suficiente para alimentar quantos milhões de pessoas?

Com relação a esta pergunta, após ouvir os “chutes” dos participantes, o(a) educador(a) informa que, segundo a FAO, no Brasil se produz alimento para alimentar, de forma nutritiva e saudável, a população brasileira inteira e mais 50 milhões de pessoas, ou seja, mais ou menos 230 milhões de pessoas!

E o pior: ao mesmo tempo em que o Brasil produz esta quantidade de alimento, 27,8% da população brasileira vivem abaixo da linha da pobreza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD, 1999). Isso significa que mais ou menos 50 milhões de brasileiros não têm uma alimentação que garante os nutrientes necessários para se manterem saudáveis!!!



Avaliando e criticando nossa realidade

O(a) educador(a) inicia o debate com a seguinte pergunta:

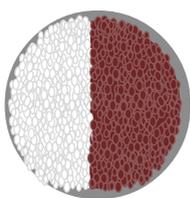
- Como vocês acham que o problema da fome pode ser resolvido no Brasil?

O importante desta pergunta é o grupo perceber que resolver o problema da fome no Brasil não é tarefa a ser feita do dia pra noite. O problema da fome é um problema do sistema político capitalista que vigora em nosso País e praticamente no mundo inteiro. Portanto, o(a) educador(a) conduz o debate fazendo com que o grupo exponha idéias de como seria um outro sistema político para o nosso País.

Após este debate, o(a) educador pode propor a leitura de parte da Lei 11.346 (**ANEXO 9, página 37**), promulgada em setembro de 2006, que cria o SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Sistema este que regulamenta as políticas de alimentação saudável no Brasil.

Após a leitura da Lei, o(a) educador(a) levanta outra questão com a seguinte pergunta:

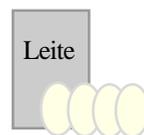
- O que é ter uma alimentação saudável e nutritiva?



Arroz e feijão



Frutas
(as mais variadas possível)



Leite, ovos
e derivados



Verduras e legumes
(as mais variadas possível)



Carnes
(de peixe, de frango,
de vaca e de porco)



Intervindo e re-criando nossa realidade

Neste momento, o(a) educador(a) lembra mais uma vez ao grupo o que foi descrito lá no início da cartilha, na página 4, no 4º momento.

No entanto, além disso, vale a pena aqui sugerir outras ações de intervenção e re-criação da nossa realidade.

Estas outras ações têm por objetivo garantir o **auto-abastecimento alimentar e nutricional** dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Dessa forma, o(a) educador(a) inicia este debate levantando a seguinte questão:

- Como podemos tentar garantir o nosso auto-abastecimento alimentar e nutricional?

A partir desta pergunta, o(a) educador(a) vai sugerindo e reforçando a idéia de todos e todas se ajudarem, produzindo **hortas e pomares**, tentando diversificar ao máximo a **plantação no quintal da casa**, de acordo, é claro, com os princípios e técnicas da agroecologia.

O(a) educador(a) sugere e incentiva também a criação de animais para tentar obter o máximo de alimentos derivados. Sempre estimulando a ajuda mútua, ou seja, **a solidariedade, o trabalho coletivo, a cooperação**.

E para encerrar este último encontro, o(a) educador(a) pode sugerir a realização de mais uma dinâmica. Alguém do grupo pode, por exemplo, recitar o poema da contra-capla “Chico Preto”, do repentista e cordelista João Santana, e, depois, todo o grupo pode cantar a música gravada pelo Luiz Gonzaga “Frutos da terra” (ANEXO 10, página 38).

ANEXOS

ANEXO 1

A vida do viajante

Luiz Gonzaga/Hervê Cordovil

Minha vida é andar por esse País
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei

Chuva e sol, poeira e carvão
Longe de casa
Sigo o roteiro, mais uma estação
E alegria no coração

Minha vida é andar por esse País
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei

Mar e terra, inverno e verão
Mostro o sorriso
Mostro alegria, mas por dentro não
E a saudade no coração...



ANEXO 2

Quem faz a história

Bertolt Brecht (1898-1956)

Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem ergueu outras tantas?
Em que casas da Lima radiante de ouro
moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.
Quem os levantou?
Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio só tinha palácios
para seus habitantes?
Mesmo na legendária Atlântida,
na noite em que o mar a engoliu,
os que se afogavam gritaram por seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os gauleses,
não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
Felipe de Espanha chorou quando sua armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Uma vitória a cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.
Quem pagava as despesas?
Tantos relatos.
Tantas perguntas.



ANEXO 3

- Quando e como foi feita a primeira divisão de terras no Brasil?

A primeira divisão de terras no Brasil foi feita por volta de 1532, com a criação das capitanias hereditárias.

O Brasil foi dividido em quinze “lotes”, que foram distribuídos aos capitães-donatários, que eram pessoas da pequena nobreza de Portugal, burocratas e comerciantes, todos homens de confiança do Rei Dom João III.

Todos os capitães-donatários tinham alguns direitos, dentre eles a autorização para fundar vilas e o direito de doar sesmarias. As sesmarias eram extensões de terra virgem doadas aos chamados sesmeiros, que tinham por obrigação cultivar a terra e, no prazo de cinco anos, pagar o tributo devido à Coroa Portuguesa.

- Alguém já ouviu falar na Lei de Terras de 1850?

Quase 300 anos depois da criação das capitanias hereditárias, em 1822, a Coroa Portuguesa suspendeu o direito de doar sesmarias e reconheceu o direito dos posseiros que estavam, de fato, cultivando a terra.

Entre 1822 e 1850, a posse era a única maneira de adquirir a propriedade legítima das terras públicas. Era uma maneira que, por incrível que pareça, servia tanto para os pequenos, quanto para os grandes proprietários.

No entanto, esta situação foi modificada com a Lei de Terras de 1850, pois esta lei proibiu a posse de terras públicas. A partir desta lei, só se podia adquirir um pedaço de terra pública por meio da compra, ou seja, só poderia ter terra aquele que pagasse por ela.



Dessa forma, a Lei de Terras de 1850 tinha por objetivo dificultar o acesso à terra para os imigrantes, os trabalhadores brancos pobres, os negros libertos e os mestiços. Isso porque, assim, poucas pequenas propriedades seriam formadas e, então, “sobraria” mais mão-de-obra para os grandes fazendeiros.

Com relação à garantia de terra para os povos indígenas, a Lei de 1850 também não favoreceu em praticamente nada. Segundo esta lei, os índios teriam direito sobre suas terras sem precisar de legitimação. Isso representou um certo descaso, pois a lei não impunha dificuldades para quem tentasse tomar posse das terras que já eram dos índios.

Podemos dizer, então, que a Lei de Terras de 1850 contribuiu significativamente com o que vemos hoje no Brasil: uma enorme concentração de terra e milhares de pessoas excluídas, milhares de pessoas sem terra.

- O que é um latifúndio?

Latifúndio é uma propriedade rural muito grande. E, de acordo com o INCRA, “muito grande” significa ter 15 ou mais módulos fiscais.

Módulo fiscal, no caso, é uma medida adotada pelo INCRA que varia de acordo com cada região. Por exemplo: no estado de São Paulo, 1 módulo fiscal pode equivaler a 7 hectares. Já no estado do Ceará, 1 módulo fiscal pode ser igual a 80 hectares.

- E um latifúndio improdutivo?

Latifúndio improdutivo é aquela propriedade rural com mais de 15 módulos fiscais e que o dono só utiliza 20% ou menos da área aproveitável para a produção agropecuária ou agroextrativista.

Em outras palavras, é aquela propriedade em que 80% ou mais da área aproveitável não está sendo utilizada e, por isso, esta caracterizando a propriedade como improdutiva.

ANEXO 4

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Comentários:

Em outras palavras, é obrigação do Estado desapropriar as grandes propriedades rurais improdutivas.

Além disso, é obrigação desapropriar também os imóveis rurais que não estão cumprindo com sua função social para, assim, fazer a Reforma Agrária. E não cumprir com a função social significa que mesmo se a propriedade for produtiva, ela poderá ser desapropriada se tiver degradando o meio ambiente ou, ferindo as leis trabalhistas (não assinando carteira, explorando menores de idade etc)



ANEXO 5

Um pouco sobre a Revolução Verde

Fábio Carvalho

Depois que terminou a segunda grande guerra mundial, praticamente toda tecnologia desenvolvida para produzir armas, bombas e tanques de guerra não teria mais utilidade se não fosse voltada para outro fim. Por causa disso, as empresas multinacionais que desenvolveram tal tecnologia, bem como as direções governamentais dos países sedes destas empresas (principalmente os Estados Unidos), decidiram, então, direcionar estas tecnologias para a agricultura. E, assim, as empresas que antes produziam armas, bombas e tanques de guerra passaram a produzir agrotóxicos, adubos químicos, tratores e sementes modificadas geneticamente (Ehlers, 1996).

Na década de 60, essa tecnologia foi exportada para os países subdesenvolvidos, sob o patrocínio da ONU e dos próprios governos destes países. No Brasil não foi diferente. Houve, portanto, uma substituição dos modelos de produção locais, ou tradicionais, por práticas que tinham por objetivo produzir grandes quantidades de alimento em pouco tempo, a partir de um conjunto de tecnologias que foi chamado de “pacote tecnológico”. O “pacote tecnológico” era formado por máquinas agrícolas, pelas chamadas “milagrosas” sementes híbridas, pelos adubos químicos e pelos agrotóxicos necessários para garantir a produção destas sementes. Esta substituição do modelo de produção agrícola ficou conhecida no Brasil como Revolução Verde.

A Revolução Verde, além de ter como objetivo o reaproveitamento da tecnologia desenvolvida para as duas grandes guerras, teve como justificativa a necessidade de aumentar a produção agrícola no mundo para resolver o problema da fome nos países subdesenvolvidos (Ehlers, 1996). Assim, as empresas multinacionais que produziam os componentes do “pacote tecnológico” passaram a exportar este pacote para países como o Brasil. A aceitação do governo brasileiro, principalmente na

ditadura militar, ao novo modelo de produção agrícola foi rápida e, é claro, excelente para os países que exportaram este modelo, pois ao mesmo tempo em que os estes países vendiam o “pacote tecnológico” a um preço alto, eles compravam a preços baixos os produtos agrícolas aqui produzidos.

Vale a pena dizer ainda que a Revolução Verde foi fortalecida não só pela exportação de novas tecnologias, mas, também, pela mudança do sistema de pesquisa e educação nos países subdesenvolvidos, que foi diretamente influenciado pelo sistema de pesquisa e educação dos Estados Unidos.

No caso do Brasil, outro fator que favoreceu a substituição do modelo de produção na agricultura foi a criação, pelo governo brasileiro, de linhas especiais de crédito agrícola associadas à compra de insumos agropecuários. Isso aumentou ainda mais a dependência do setor produtivo agrícola em relação ao setor produtor de insumos. Assim, a agricultura passaria a ter uma nova função, caracterizada pela criação de mercado para a indústria de insumos agrícolas. No início, tais insumos eram importados, mas logo as importações foram substituídas, pois esse mercado passou a ser atendido pelas indústrias já instaladas no País (Ehlers, 1996).

Além da importação de novas tecnologias, da mudança do sistema educacional e da criação de linhas especiais de crédito agrícola, a manutenção da estrutura agrária, baseada nos latifúndios e na produção patronal, também favoreceu a substituição do modelo de produção na agricultura. As grandes fazendas eram consideradas mais adequadas do que as propriedades familiares ao processo de implementação do “pacote tecnológico”.

Com relação ao aumento da produtividade agrícola, pode-se dizer que a produção mundial de alimentos realmente aumentou após a Revolução Verde. No entanto, se a gente comparar a quantidade de grãos produzidos nos últimos tempos e a alimentação de boa parte da população brasileira, veremos que para resolver o problema da fome não basta produzir mais comida e, sim, é preciso vontade política para fazer com que esta comida chegue na mesa do povo. Assim, pode-se dizer que os objetivos da Revolução Verde foram definidos a partir de interesses puramente mercadológicos. Em outras palavras, somente as empresas multinacionais produtoras dos componentes do “pacote tecnológico” foram realmente beneficiadas com essa tal revolução.



ANEXO 6

A Agroecologia

Fábio Carvalho

A Agroecologia
é um conhecimento que dá valor
à igualdade social,
à sustentabilidade do agricultor
e ao equilíbrio ambiental.

A Agroecologia
propõe um desenvolvimento
sem exploração entre os seres humanos,
sem concentração de renda
e sem degradação ambiental nos planos.

Faz parte dos princípios da agroecologia
valorizar o cooperativismo e as associações,
ao invés de dar incentivo
ao individualismo e às competições.

Isso significa,
fortalecer a organização social
entre os trabalhadores do meio rural,
para que eles estejam sempre
articulados entre si
e com aqueles que, certamente,
os produtos do campo irão consumir.

Também faz parte destes princípios
valorizar o trabalho familiar,
reciclando e evitando desperdícios
e resgatando o conhecimento popular.



No que diz respeito
às técnicas agroecológicas de produção,
vale a pena ressaltar
que, apesar de não ser o bastante,
a sua aplicação é muito importante.

Além de preservar os recursos naturais,
há também outra consequência:
os trabalhadores e as trabalhadoras rurais
podem alcançar a auto-suficiência.

Para tanto, algumas das principais técnicas são:
a utilização do composto orgânico,
o consorciamento de plantas amistas,
a rotação de culturas,
a adubação verde, feitas com leguminosas,
como o guandu, a crotalária ou a mucuna
e, é claro,
a cobertura vegetal, morta ou viva,
pois é disso que o solo precisa.

Não esquecendo
de preservar as espécies nativas,
e não devastar o terreno,
mantendo a água sempre limpa e viva
e, é claro, cultivar sem veneno.

Pois o objetivo é produzir e seguir em frente,
sem explorar quem trabalha
e sem degradar o meio ambiente!



ANEXO 7

Soberania Alimentar: o que é?

Como já vimos na página 22, Segurança Alimentar e Nutricional significa **a garantia de uma alimentação saudável e nutritiva para todos e todas.**

No entanto, além de garantir a alimentação, é necessário, também, garantir o direito e o dever de **decidir quais alimentos produzir, qual tecnologia utilizar** na produção e, no caso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, garantir o direito e o dever de **produzir estes alimentos.**

Dessa forma, estes 3 direitos e deveres, que, no caso, são entendidos aqui como obrigação do Estado, compõem o conceito de Soberania Alimentar.

O direito e o dever de decidir quais alimentos produzir é fundamental porque nosso País é muito grande e cada região possui culturas diferentes. Assim, neste sentido, é preciso que a produção de alimentos seja garantida de acordo com tais diferenças e, não, imposta pelo mercado, por exemplo.

O direito e o dever de decidir qual tecnologia utilizar também é fundamental porque, além da necessidade de se produzir alimentos saudáveis, é necessário não agredir o meio ambiente com tal produção, isto é, garantir um meio ambiente saudável para que as gerações futuras também possam produzir seu alimento. E, para tanto, propõe-se aqui a utilização das tecnologias agroecológicas.

Por fim, o direito e o dever de produzir os alimentos, no caso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, é tão fundamental quanto os outros dois direitos e deveres. Isso porque não faz sentido importar os alimentos de outro País sendo os trabalhadores e trabalhadoras rurais daqui totalmente capazes de realizar o trabalho com vontade e competência.

ANEXO 8

Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional

De acordo com a Cúpula Mundial de Alimentação, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO, em 1996,

“A Segurança Alimentar existe quando todas as pessoas, em todo o tempo, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para atender as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.

Já o conceito adotado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, a partir da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, complementa:

“Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.



ANEXO 9

Lei nº 11.346 que cria o SISAN

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V - a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI - a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Art. 5º A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Estado brasileiro deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com países estrangeiros, contribuindo assim para a realização do direito humano à alimentação adequada no plano internacional.

ANEXO 10

Frutos da terra

Jurandy da Feira

Esta terra dá de tudo
que se possa imaginar, ah!

Sapoti, jaboticaba,
mangaba, maracujá
cajá, manga, murici,
cana-caiana, juá
graviola, umbu, pitomba,
araticum, araçá

Engenho velho, ô, canavial
favo de mel no meu quintal

O fruto bom dá no tempo
no pé pra gente tirar, ah!
quem colhe fora do tempo
não sabe o que o tempo dá
beber a água na fonte
ver o dia clarear
jogar o corpo na areia
ouvir as ondas do mar

Engenho velho, ô, canavial
favo de mel no meu quintal...



Bibliografia

DE OLIVEIRA, A. U.; STEDILE, J.P. *O Agronegócio x Agricultura familiar e Reforma Agrária*. CONCRAB, 2004.

CORTEZ, C.; CORREA, C.E.; MOREIRA, V.R. *Sementes: Patrimônio dos povos a serviço da humanidade*. Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas.

PREZIA, B.; HOOMAERT, E.. *Brasil Indígena: 500 de resistência*. São Paulo: FTD, 2000.

CARVALHO, J.L.H. *PROVE* - Programa de Pequena Produção Familiar. Cuadernos de Trabajo. PGU - ONU. Quito - Equador, 2001.

EHLERS, E.; *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

Desapropriação. Cartilha elaborado por Cepatec e Instituto Nacional de Direitos Humanos “17 de Abril”, 2006.

Programa de Segurança Alimentar e Nutricional em Assentamentos do Estado de Minas Gerais. Cartilha elaborado por Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais e Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER), 2003.

Chico Preto

**Eu mi chamo Chico Preto,
Sou mais um agricultô
Que esbandaia o esqueleto
Prumódi sê vivedô
Nunca criei quiprocó,
Minha vida é uma só
Entrano e saíno ano,
Mi levanto às quatro hora
E o sol, quano beija aurora,
Já mi encronta trabaiano.**

**Eu num sei praquê tem tanta
Gente sofreno de fômi,
Se, na terra, o que se pranta
Foi Deus quem criou prus hômi.
Em quaiqué paimo de chão
Faço as minha prantação,
E cuido das pranta minha,
Tenho hortelã, pimenteira,
Manjerição e roseira
No terreiro da cozinha.**

**A fava, o milho, o jiló,
A melancia, o melão,
O jerimum de gogó,
A macaxeira, o feijão
O maracujá, a cana,
A cebolinha, a banana,
As batata, doce e inglesa,
O pimentão e o arroz,
Nas minha roça, quem pois
Foi eu e a Natureza.**

**Mas, não deixei de prantá
Palma, coentro, abacaxi,
Manga, mangaba, araçá,
Cajarana, murici,
Jenipapo, graviola,**

**Jaca, cajá, acerola,
Laranja, goiaba, umbu,
Jatobá, piqui, ingá,
Pitomba, pinha, juá
Siriguela e caju.**

**Macaíba, carnaúba,
Todo tipo de palmeira,
Pau-d'arco, angico, ucuúba,
Jucá, pau-ferro, aroeira,
Mororó, barbatimão,
Sabiá, cedro, pinhão,
Jacarandá, faveleiro,
Gameleira, caviúna,
Jurema, baru, braúna,
Oiticica e pau-pereiro.**

**Pranto mais, na minha chã,
Pra roça ficar mais bela,
Feijão-de-boi, mucunã,
Maliça, aveloz, macela,
Jetirana, gergelim,
Alguns tipo de capim,
Guandu, alecrim, mastruz,
Tabaco, agave, mamona,
Urucum e beladona
Com as bença de Jesus.**

**Se todo mundo pensasse
Em prantá frutos e flores,
Talvez nós tudo deixasse
De padicê tantas dores.
Os fruto, pra dá sustança,
E as flores, pra esperança
Ficá sempre renovada,
Pra vida sê mais sadia
E a palavra fome, um dia,
Num sê mais pronunciada.**

**João Santana
(repentista e cordelista)**

